

PLANO SAYAD

Congresso pode receber projeto ainda este mês

A aprovação, pelo presidente da República, do Plano Sayad pressupõe o envio, ao Congresso, possivelmente ainda este mês, de um projeto de lei definindo novas regras para os reajustes dos salários, dos preços e dos aluguéis, os quais variarão automaticamente, a partir de uma fórmula montada pelo ministro e que assegura a integral e permanente correção dos salários em função da variação dos preços.

Hoje, no despacho com o ministro do Planejamento, o presidente Sarney ouvirá novas explicações sobre as três fases de execução do programa, para que possa apresentá-lo provavelmente amanhã, ao ministro da Fazenda, Dílson Funaro. O presidente entendeu o gesto da Seplan, de ter montado a proposta de política econômica sem a participação da Fazenda, como o exercício pleno de uma atribuição específica de um órgão cuja atribuição é precisamente planejar.

As fases

Toda a proposta entregue pelo ministro ao presidente compõe-se de três documentos: o primeiro, uma exposição de motivos sucinta, mas essencialmente técnica, expondo as razões das medidas propostas; o segundo é outro texto, mais amplo, esclarecendo, em linguagem mais simples e com outros detalhamentos, o teor das medidas, as razões da definição de três fases para sua execução e seus eventuais desdobramentos; o terceiro é o texto de um projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso, dispondo sobre a nova política salarial, com a eliminação do "gatilho", e sua vinculação com as políticas de correção dos preços e dos aluguéis.

Na primeira fase o programa de Sayad propõe um realinhamento completo dos preços, inclusive das tarifas do serviço público, sem nenhuma preocupação quanto ao impacto inflacionário. O ministro deixa cla-

ro, em sua exposição, que o governo não deve temer uma explosão inflacionária decorrente desse realinhamento, pois o mais importante é que, em determinado momento, todos os preços estejam em fase.

A partir desse momento, promove-se o alinhamento dos salários, esclarecendo Sayad que, no decorrer do processo de ajuste dos preços, o gatilho salarial disparará normalmente, tantas vezes quantas forem necessárias.

Esta segunda fase pressupõe um controle rigoroso — a Seplan não gosta da palavra congelamento, por causa do fracasso da tentativa feita com o Plano Cruzado, mas os efeitos práticos serão os mesmos — de todos os preços e dos salários, sem a preocupação da "inflação zero". Nesse período poderá ocorrer alguma inflação, porém extremamente baixa, sem nenhuma capacidade realimentadora, mesmo com os reajustes salariais.

Finda essa fase de quarentena de preços e salários, com o prazo definido de 90 dias e nem um dia a mais, entrará em operação a terceira e última fase, que pressupõe a administração de preços, salários e aluguéis, com reajustes automáticos e garantidores do poder de compra dos salários e da adequada remuneração do sistema produtivo. Segundo um assessor da confiança do ministro do Planejamento, trata-se de uma fórmula simples e operacional, cuja administração estará à prova de má gestão, uma regra transparente e que permite a empregados e empregadores conhecer seu desenvolvimento atual e futuro.

Outros Itens

A proposta do ministro do Planejamento, especialmente a expressa no documento mais amplo, contém, igualmente, sugestões para a aplicação de políticas cambial, de correção monetária, financeira, orçamentária e de ajuste externo, as quais, em linhas

JORNAL DA TARDE
10 MAR 1980



gerais, já vêm sendo praticadas, necessitando apenas de alguns ajustes.

Em relação à indexação, sugere Sayad uma convivência com o processo, tendo em vista a necessidade de proteger os ativos financeiros e os contratos. Como a intenção é conviver com uma taxa inflacionária baixa, a indexação não operará como realimentadora do processo inflacionário, o que ocorre na hipótese de elevadas taxas inflacionárias.

Milano Lopes, da AE-Brasil